

LUTAS CAMPONESAS NO CABO

ZÉLIA FREITAS

Desde o período colonial as relações de trabalho no campo eram opressivas. Depois da abolição da escravidão, o tipo de relação de trabalho que se exercia e predominava no campo era aquela na qual o trabalhador residia no engenho ou fazenda e tinha direito a um sítio ou roçado, para montar uma cultura de subsistência baseada na lavoura branca. Continuava imperando a mais absoluta falta de liberdade.

O trabalho no campo se construía com a exploração desmedida do assalariado, jornadas extensas, ausência de direitos trabalhistas, falta de assistência previdenciária, etc. Foram estas contradições que deram espaço para o surgimento dos conflitos, que aconteciam devido às péssimas condições de vida e trabalho. Conflitos salariais e de terras eclodiam em diversos pontos, se multiplicando e se diversificando por todo o país, dando nova força às organizações dos trabalhadores rurais. No bojo dessa luta, emergiam, em Pernambuco, as Ligas Camponesas, que passariam para a história como um símbolo das lutas dos trabalhadores rurais em meados da década de 1950.

Foram as ligas, por excelência, o instrumento de organização e mobilização das massas rurais, com a atuação marcante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), pois o mesmo voltava-se para os conflitos do campo tentando criar uma base de apoio para seu projeto de transformação social e consolidar-se como a principal força que se propunha a representar as classes dominadas.

A origem das ligas encontra-se na resistência dos foreiros, parceiros, posseiros e pequenos proprietários do despejo transformados em assalariados, que passaram a atuar de forma coletiva, politicamente organizada, fazendo das ligas o canal de suas reivindicações. Eclodindo no período 1955-1964, essas ligas e associações rurais foram fundadas em quase todo o território brasileiro, tendo as primeiras surgido em Goiás e no Triângulo Mineiro. Em Pernambuco, as mais fortes e de maior expressão parecem ter sido as ligas ou associações rurais de Escada, Goiana, Pau D'Alho e Iputinga. Porém foi o engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, o símbolo e a síntese dessa luta, tendo como principal líder Francisco Julião. As ligas só mantiveram sua força nos estados de Pernambuco e Paraíba, onde sua organização estava profundamente enraizada na luta dos trabalhadores. No entanto, mesmo aí encontraram uma concorrência com o PCB e a Igreja.

A radicalização das ligas despertou maior reação dos setores conservadores da sociedade, principalmente os latifundiários e a Igreja Católica, os quais, com o objetivo de desarticular o movimento camponês, colocaram em prática, de forma quase simultânea, a repressão política e a sutileza de um discurso legalista. Enquanto os latifundiários perseguiam, expulsavam da terra e até assassinavam líderes camponeses, a Igreja, invocando sentimento de submissão e conformismo, induzia os camponeses a desistirem da luta pela posse da terra e a se associarem aos sindicatos organizados e dirigidos por ela, combatendo as influências das ligas e dos comunistas e levando o camponês a se contentar com a condição de trabalhador rural assalariado, vendo na luta por benefícios trabalhistas algo mais possível do que a reforma agrária. Com o aumento progressivo da repressão, as ligas passaram a perder espaço para os sindicatos, pois, acuados, os camponeses encontravam um abrigo legal na sindicalização.

Quanto a organização de um núcleo das Ligas Camponesas no Cabo de Santo Agostinho ocorreu no ano de 1961, por iniciativa de trabalhadores rurais que, insatisfeitos com o descaso dos latifundiários no tocante aos direitos do trabalhador rural, resolveram abraçar as idéias das Ligas, que tinham como princípio lutar pela defesa da terra para o trabalhador do campo. Apesar de não ter lugar fixo para as suas reuniões, devido à intensa repressão, segundo descreve em seu depoimento Antônio Minervino, ex-membro fundador da liga do Cabo, o que se debatia nessas reuniões era a importância da posse da terra para os seus trabalhadores e a forma radical de conseguir este objetivo:

[...] no Cabo tinha aquele nucleozinho criado por noi mermo, então tinha aquele nucleozinho??? a rente ia pra lá. Nesses núcleos eram discutidos... qui a terra pertence a quem trabalha, qui a terra pertence a quem trabalha... E então o latifundiário improdutivo era qui não deveria possuir a terra. Porque ela estaria privada, sem desenvolvimento e todo povo morrendo de fome, isso era qui a história da época qui até mermo na, andasse falando qui precisaria rancar a estrutura que estava imprantada ao latifundiário uma revolução armada, num era isso? uma revolução armada, era isso que a rente pretendia fazer para adquirir um pedaço de terra. Mais com o tempo... num tempo vai discutindo, o tempo num caricia mai a revolução armada [...]¹

Com tamanho poder de articulação, a liga do Cabo despertou não só a ira dos donos de engenhos e usineiros, mas também o interesse da Igreja Católica em defender seu espaço político e disputar influência sobre a massa com os comunistas, surgindo então neste cenário a figura de P.^o Antônio Melo. Introduzindo as idéias

¹ Apud MIRANDA, Antonilda G. de Lima Nogueira; SANTANA, Gibslânia de F. Pinto de; ARAÚJO, Ivanice B. de Freitas. *A história do trabalhador rural da cidade do Cabo de Stº Agostinho no período de 1961 a 1964*, p. 27 e 28

sindicalistas, o vigário afirmava que o trabalhador do campo deveria lutar por direitos legais e não por meio da revolução armada.

O poder de persuasão do pároco era tão marcante, que neste município não houve confronto armado entre latifundiários e camponeses e, em 1963, ele conseguiu implantar o sindicato rural da cidade do Cabo de Santo Agostinho, provocando a queda das ligas e fortalecendo o sindicato tutelado pela Igreja Católica. E mais uma vez recorremos ao depoimento do senhor Minervino para maior esclarecimento da questão:

Olhe... quando chegou perto da revolução de 1964, aí começou paricendo alguém para divirtuar... dividir. Deus mi perdoi a alzoncia de uma pessoa qui eu gosto muito... como pade, pade Melo num gostava muito de Ligas Camponesas. Então o seguinte, ele ia aos pouquinho... coversando qui era o sindicato qui poderia resolver todos os problemas, se o espírito num mi engana, ele tinha assim... um... má olhá, um mal visto com Julião, era isso aí. [...] O sindicato era mai forte, o sindicato defendia o direito dos camponeses e a rente tava atraí de uma defesa e num era atraí de uma revolução. [...] porque aí, o sindicato troxe também um, um binifiço, um binifiço que a rente reivindicava o nosso direito, como o décimo terceiro salário, que as Ligas Camponesas de, ei, ei falava na terra num era? Num era de trabalhador, não. Era direito, era a terra. E o sindicato defendia o capital. Então o seguinte a rente começou defender capital aí criou-se uma gama de homem priguçoso, porque foram atraí de salário Até hoje num procuraram a terra foi? E isso aí, eu digo??? Foi o qui acabou as Ligas Camponesa.²

Neste depoimento o senhor Minervino deixa transparecer que o sindicato estava procurando defender os interesses dos latifundiários e que o P.^e Melo era o mediador entre o camponês e o proprietário de terra porque, sendo ele um homem ligado à Igreja, ficava acima de qualquer questionamento, como afirma o entrevistado: “[...] o padre era o pastor da igreja... então a rente pensava qui ele estava de fonte erguida para defender tudo e qualquer coisa que o trabalhador viesse precisar [...]”.³

Porém, como se observa pelos relatos, longe de serem simplesmente figuras ingênuas, assim rotulados muitas vezes por serem em sua maioria analfabetos, os camponeses souberam compreender as intenções do P.^e Melo e a existência de certa tolerância dos donos de engenhos e usineiros com as exigências do cumprimento dos direitos trabalhistas feitas por um sindicato. Certamente, na avaliação destes últimos, seria muito mais vantajoso ceder alguns benefícios, possivelmente compensados na alta dos custos de produção, do que ter que lidar com constantes conflitos e ameaças de uma reforma agrária.

² Apud ibidem, p. 27, 29 e 31.

Contudo, vale ressaltar que os camponeses que faziam parte das ligas resolveram aderir ao movimento sindical — mesmo que em alguns momentos este estivesse voltado aos interesses dos latifundiários —, com o objetivo de ter um órgão regularizado para atender às suas demandas, cabendo aos membros, portanto, levar novos associados ao sindicato com os ideais de luta propostos pelas ligas. Chegamos a esta conclusão a partir das entrevistas feitas com camponeses que participavam das ligas e que depois se filiaram ao sindicato. Vejamos a seguir um trecho do depoimento do Sr. João Vicente da Silva Filho, que com esta estratégia tornou-se o primeiro presidente do Sindicato Rural do Cabo de Santo Agostinho: “Me juntei ao sindicato mesmo sendo pelego porque tinha que butá novos sócios. Si não ele num ia a frente”.⁴ Sendo assim, mesmo com a influência do P.^e Melo, intencionando desviar as idéias das ligas camponesas, o camponês percebeu que o sindicato seria um meio legal de dar continuidade aos seus ideais.

A Cooperativa de Tiriri cooperava com quem?

A Cooperativa Agrícola do Tiriri estabeleceu uma verdadeira controvérsia nas páginas da luta camponesa no Cabo, pois, se em primeiro plano aparentava ser o ensaio de um projeto de reforma agrária, na sua atuação cumpria interesses do setor agroindustrial (leia-se os usineiros).

A iniciativa partiu de integrantes das ligas camponesas que, nos idos de 1960, ocuparam as terras abandonadas da antiga companhia ferroviária Great Western, antes exploradas apenas para obtenção de madeira e carvão, e invadiram parte do engenho Tiriri. Porém, a qualidade da terra e a dificuldade de conseguir créditos para investir na lavoura não favoreceram o desenvolvimento das atividades agrícolas em sua plenitude. Foi nesta situação que entrou em cena a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que mediada pelas ligas buscou financiar o grupo de agricultores e deu-lhes a organização de cooperativa, constituindo a Cooperativa Agrícola de Tiriri em 24 de abril de 1963.

Esse processo de formação da Cooperativa do Tiriri foi simultâneo ao momento em que era aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, instituindo a obrigatoriedade do pagamento do 13º salário pelas usinas aos seus trabalhadores, inclusive ocorrendo greves para garantir este benefício. Acuados, muitos usineiros buscaram a solução do problema nos empréstimos do Banco do Brasil e no Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), ou em alternativas indiretas, como foi o caso da Cooperativa do Tiriri, que entrou

⁴ Apud ibidem, anexo Entrevistas, p. 11.

nos planos dos usineiros Rui e Valter Cardoso, detentores do restante das terras do engenho homônimo, que passaram a arrendar essas referidas terras, através da SUDENE, à Cooperativa. O contrato firmado condicionava a Cooperativa a plantar cana para o fornecimento exclusivo da usina dos Cardoso, a preço ditado pela mesma. Esta medida possibilitou aos referidos usineiros não só a liberação e captação de capitais, mas também a resolução do problema com a mão-de-obra, pois, conforme o contrato, os cooperados tinham a obrigação de realizar os serviços de manutenção do plantio, cultivo e corte da cana, sem vínculos trabalhistas com a usina, isentando-a dos encargos e de indenização em caso de demissão.

Pelo exposto, notamos explicitamente que a intervenção dos usineiros nos objetivos da Cooperativa do Tiriri não foi só uma tentativa (bem sucedida, que se diga) de articular e conduzir o projeto da Cooperativa para a satisfação dos seus interesses imediatos, mas principalmente um contraprojeto dos latifundiários ao movimento camponês, pois se encaminharam algumas concessões e reformas parciais, atendendo apenas a algumas reivindicações dos camponeses, evitando sobretudo maiores confrontos e a radicalização do movimento camponês. Porém, devemos lembrar que quando estes aconteciam sempre se recorreu à repressão.

A controvérsia do caso é reforçada pela presença neste cenário do polêmico Padre Melo, que ligado a grupos politicamente conservadores, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD),⁵ passou a coordenar a Cooperativa, a pedido dos próprios camponeses cooperados — já que organizara e controlava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo —, a partir de 1968, depois que a SUDENE rescindiu o convênio com a Cooperativa e devolveu os engenhos arrendados, reconhecendo o fracasso do seu próprio projeto de “exploração coletiva”, cujos resultados foram sucessivos prejuízos na produção da cana, na receita e na motivação da maioria dos lavradores, pois a SUDENE defendia que cada lavrador deveria trabalhar como assalariado da Cooperativa, enquanto P.^o Melo desejava que cada sócio recebesse um pedaço de terra e trabalhasse nele como se fosse seu. Aliás, este havia sido o motivo pelo qual o padre se afastara do grupo de lavradores em 1963.

No controle da situação e com amplos canais de articulação no regime militar, P.^o Melo foi a Brasília e apelou para a interferência do Presidente da República, Costa e Silva e do Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho. O resultado foi uma intervenção do Ministério do Trabalho e a desapropriação dos cinco engenhos da usina Santo Inácio pelo INCRA. Finalmente, P.^o Melo pôs em prática o sistema antes desejado: os 4.900 hectares dos engenhos tornaram-se posse da Cooperativa e cada associado

⁵ O IBAD era financiado pela United States Agency for Development (USAID), que conspirava contra o regime constitucional brasileiro e o governo João Goulart.

ocupou 10 hectares, estando obrigado a cultivar 60% da área com cana para o fornecimento à usina e 40% com lavoura de subsistência.

Em 1970 a intervenção foi encerrada e nova diretoria eleita. Com a situação financeira equilibrada, a Cooperativa partiu para o objetivo de expandir as terras; passou a arrendar mais três engenhos — Cachoeiro, Santa Rosa e Dourado — e recebeu do DIPER os engenhos Setúbal e Tabatinga, como indenização das terras desapropriadas para ampliação do distrito industrial do Cabo. Tal expansão também correspondeu ao aumento da produtividade da cana, destinada a produto principal da Cooperativa, chegando a ter safra de 252 mil toneladas em 1979.

Estava deste modo coroada a importância da figura de P.^e Melo na história da luta camponesa no Cabo e da Cooperativa Agrícola de Tiriri, pois havia conseguido desarticular o movimento radical das Ligas Camponesas do município, controlava o sindicato dos trabalhadores rurais e implantara seu modelo de cooperativismo agrário, atendendo aos interesses da classe latifundiária e da Igreja Católica conservadora, também capitalizando prestígio político junto ao regime militar. Mesmo situado como figura polêmica deste processo, ora visto como aliado dos usineiros, ora dos camponeses, e até mesmo como defensor de interesses pessoais, P.^e Melo é criticado mas reconhecido como realizador de um projeto onde muitos pararam no meio do caminho. Diversos depoimentos de lavradores, agentes históricos da época, como o sr. José Luís da Silva, o 'Natalício', constataam esse fato:

Não. O padre Melo nunca quis que ninguém fosse proprietário, isso foi o erro do padre, ele nunca quis, só que, só que lhe disseram o contrário, só que a SUDENE queria titular em nome de cada um e cada ficar com seu pedaço de terra, e o padre queria que ficasse na cooperativa que toda a vida, e foi um dos erros acertados, porque se tivesse pro nome de cada pessoa daquela época, tava tudo na mão de usineiro.⁶

Apesar do resultado, deve-se salientar que o sucesso da Cooperativa de Tiriri não implicou na adoção de seu processo como modelo de reforma agrária, nem no estado e muito menos no país. Por que? Isso leva a refletir sobre a questão dos interesses por trás do exemplo de Tiriri. Será que a experiência bem sucedida, que conciliou as vantagens econômicas da produção em larga escala para o setor agroindustrial com o interesse social da exploração da terra por pequenos lavradores, usando o trabalho familiar, sem ter a posse individualizada da terra, o cooperativismo, não seria uma das alternativas para a resolução do conflito agrário no Brasil? Até os dias de hoje a Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco (FETAPE) combate o exemplo de Tiriri, defendendo o direito à posse particular da terra e

⁶ José Luiz da Silva, o 'Natalício', 65 anos, agricultor, residente no engenho Mussurepe, município de Paudalho – PE. Entrevista realizada em 08.07.2003.

argumentando que a Cooperativa tomou o lugar dos antigos patrões. Os defensores da Cooperativa rebatem, citando exemplos de lavradores que vivem em condições melhores e de outros que, se tivessem as terras tituladas em seus nomes, teriam vendido a usineiros ou latifundiários, voltando à condição de mão-de-obra assalariada. Certamente deve-se levar em conta que tal processo, dependendo do modo como for conduzido, interferirá no eixo do domínio político, onde de forma conservadora, colonial, a propriedade da terra ainda é uma maneira de concentrar poder.

Ainda hoje a Cooperativa Agrícola de Tiriri existe. Não se fala muito, não se discute a sua história. Talvez a preferência seja esquecê-la. Mantém cerca de 17 mil hectares, distribuídos em seis municípios da zona da mata pernambucana: Cabo, Ipojuca, Palmares, Bonito, Catende e Paudalho. Os associados estão em permanentes conflitos pela direção da entidade, com interferência de correntes político-partidárias, formando dissidências, ao ponto de ter sido criada, em 2002, nas terras da Cooperativa em Paudalho, a Cooperativa Mussurepe, dirigida por seu fundador, Natalício, que também participou da fundação da Cooperativa de Tiriri.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.

MIRANDA, Antonilda G. de Lima Nogueira; SANTANA, Gibslânia de F. Pinto de; ARAÚJO, Ivanice B. de Freitas. *A história do trabalhador rural da cidade do Cabo de Stº Agostinho no período de 1961 a 1964*. Palmares, PE: [s.n.], 2000.

MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: lattermund, 1997.